

O FENÔMENO CONTEMPORÂNEO DA *JIHAD* E O CONCEITO GUERRA IRREGULAR NO ATUAL CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

Bruna Brasil Santana*

1 INTRODUÇÃO

Muito se escreve sobre o conflito entre israelenses e palestinos, sobre o início dos desentendimentos entre os povos e as questões políticas e religiosas que envolvem o conflito. Com a chegada do novo milênio, o ataque ao World Trade Center e o início de guerras perpetradas por nações ocidentais contra Estados do Oriente Médio e grupos armados fundamentalistas, as atenções do mundo se voltaram para essa região e os estudos sobre terrorismo, fundamentalismo e *jihadismo* tornaram-se mais recorrentes.

Ao longo do trabalho será possível descobrir que a *Jihad* é uma ação que já perpetrada há séculos pela população muçulmana, contudo de uma forma diferenciada daquela que existe atualmente. O motivo de chama-la de fenômeno recente está relacionado ao fato de que somente nos últimos anos ela começou a de fato aparecer com uma nova roupagem, diferente daquela que de fato se considera *Jihad*. A mesma passou a ser utilizada como sinônimo de guerra santa e violência.

A Guerra Irregular por sua vez, tem sido uma questão recorrente na história da humanidade, é um conceito amplo, porém que acredito ser pouco explorado por pesquisadores da guerra e da política, uma vez que este tipo de conflito envolve muito mais questões políticas do que simplesmente a violência gratuita que comumente ouvimos nos meios de comunicação. Também é importante destacar que poucos civis se debruçam sobre o tema da guerra irregular, tema que acredito ser de extrema importante para todos, e por isso resolvi desenvolver este trabalho como dissertação de mestrado, afim de abrir mais um caminho para que outros estudiosos possam se interessar por essa questão.

* Graduada em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará. Membro do Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia.

Diante de todas essas colocações, pretendo, com este trabalho, responder a seguinte pergunta: Em que medida o fenômeno contemporâneo da *Jihad* – sua concepção e práticas – surgidas no pós-Guerra Fria e presente no conflito Israel-Palestina, se relaciona com o conceito de Guerra Irregular? Isto é, meu principal objetivo é analisar as relações entre o fenômeno contemporâneo da *Jihad* e o conceito de Guerra Irregular, utilizando o caso do conflito Israel-Palestina.

2 CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

O entendimento que se tem do Oriente Médio, é de uma região devastada por conflitos étnico-religiosos, rica em petróleo e de pouca expressão política, no entanto, devemos ter conhecimento de que esta já foi uma das regiões mais importantes do mundo, em especial, durante o período Antes de Cristo¹, quando a mesma era rota comercial e produtora de outros insumos. Por volta de 1200 a.C., o povo egípcio dominava a região que hoje corresponde a Síria e a Palestina, que perderam suas posses para os Filisteus, porém essa área foi, posteriormente, de dominação judia, turca, árabe, cristã e de uma série de outras dinastias ao longo da história (SMITH, 2006. p. 15).

Podemos perceber, então, que essa região já foi dominada por israelenses e palestinos, o que, de certa forma, valida os direitos de ambos de quererem a posse da área. No entanto, além desse legado histórico, existe também um forte apelo religioso que circunda esse conflito, e o mesmo deve ser explicado para um melhor entendimento da disputa, que acabou transcendendo para uma questão religiosa-cultural, sem a qual é impossível entender os conceitos que darei no decorrer do trabalho, tais como a *Jihad*.

¹ Apesar de estarmos tratando de dois povos que realizam a contagem dos anos de maneira diferente, utilizaremos a metodologia ocidental, dividida em período Antes de Cristo (a.C.) e Depois de Cristo (d.C.)

2.1 Judaísmo

Três das maiores religiões mundiais compartilham a mesma história quanto ao seu surgimento, que se encontra no livro sagrado de ambas: judaísmo, islamismo e cristianismo. Segundo a crença, Abraão foi um dos primeiros homens que começaram a orar a um único Deus, em detrimento dos Ídolos que eram adorados em sua época. Teve dois filhos: Ismael, seu primogênito, filho da serva egípcia Hagar, e Isaac, filho de sua esposa Sara (CHEMERIS, 2002).

Conta-se que após o nascimento de Isaac, Sara com medo que Ismael viesse a tomar posse da herança que Abraão deixaria, pediu ao marido que abandonasse Hagar e seu filho no deserto, desejo atendido por ele, que não queria abalar a paz de sua família. É nesse momento que se forma o povo árabe e o judeu: Ismael e a mãe conseguem sobreviver amparados por Deus e formaram o povo do deserto (os árabes); Isaac, por sua vez, seguiu as tradições paternas e seus descendentes deram origem ao povo hebreu, ou judeu (Ibidem).

Para os judeus, Deus em pessoa teria falado com Abraão e prometido a ele e a seus descendentes uma terra sagrada. Somente após a libertação dos hebreus do Egito, sob a liderança de Moisés, outro hebreu de nome Josué, guiou-os até o seu lugar de origem, a Terra Prometida de Israel (SPOHR, 2002).

Historicamente, o Reino de Israel surgiu em meados do século XI a.C., quando as 12 Tribos que formavam a nação judaica da época, se uniram e nomearam Saul como seu rei, a cidade de Jerusalém somente foi conquistada anos depois pelo rei Davi, que fez dela o centro pan-israelita (GUNNEWEG, 2005. p. 139-186). Israel permaneceu como um reinado judeu até por volta de 733 a.C., quando foi tomado pelo povo assírio. Posteriormente os judeus teriam sido deportados para outras regiões (GUNNEWEG, 2005. p. 139-186).

Uma das maiores diásporas judaicas ocorreu posteriormente a Revolta de Bar Kochba (135d.C. a 135d.C.). Após quase dois séculos de domínio romano e de uma série de guerras, revoltas e desmandos perpetrados pelos líderes romanos, a situação tornou-se insustentável para os judeus (GUNNEWEG, 2005. p. 302-303). De fato, após a implantação do cristianismo como religião oficial de Roma, o antissemitismo enrijeceu-se dentro do império

Os hebreus são postos em condições de absoluta inferioridade jurídica e privados de todo o direito civil; e em tal status permanecerão durante toda a Idade Média e a Idade Moderna até a emancipação. O antissemitismo assume, nesta época, um dos seus componentes ideológicos fundamentais: o componente religioso, fundado sobre a aversão à 'obstinação' hebraica de não reconhecer o advento do Messias e sobre a acusação de 'deicídio', que começa a ser dirigida aos hebreus (BOBBIO, *et al*, 1995. p.40).

Diante das táticas utilizadas pelos rebeldes judeus, Júlio Severo, enviado para a região para pôr fim aos confrontos, conseguiu sitiar os revoltosos em cavernas até que os mesmos morressem de fome. Após essa derrota, Roma conseguiu a posse de Jerusalém e a transformou na cidade de Aelia Capitolina. A nova designação da província da Judéia agora era Palestina (GUNNEWEG, 2005. p. 302-303).

2.2 O Sionismo

Por séculos os judeus foram perseguidos em vários países para onde emigraram, em especial na Europa (CHEMERIS, 2002). Diante dessa situação, surgiram grupos de judeus, em especial no século XIX, que apontavam diferentes formas de lidar com essas atitudes antissemitas: alguns optavam pela luta política-revolucionária dentro desses países; outros acreditavam que deveria haver uma luta semelhante, mas com um grande reagrupamento judaico; e por fim o grupo que repudiava todos os laços com o povo, o país e o Estado em que se encontravam e acreditavam na criação de uma pátria puramente judaica (RODINSON. 1968. p. 33). Esse movimento de formação de uma pátria judaica foi intitulado de Sionismo. Podemos, então, conceitualizar sionismo da seguinte forma:

É um movimento nacional, cunhado na Europa Ocidental por judeus emancipados, para responder a uma problemática da sociedade capitalista e explicitada pelos judeus do Império Russo: [...] em crise, o Império Russo estimula a ideologia antissemita [...]. Respondendo a esse

antissemitismo, apoiando-se no nacionalismo europeu, desenvolve-se o sionismo, que é fruto das contradições do capitalismo russo que destruíra as bases do regime (PINSKY, 1978. p.143).

O Primeiro Congresso Sionista aconteceu em 1897 em Basileia, e foi fundado por Theodor Herzl, onde foi instituída a Organização Sionista Mundial, objetivando a criação de um Estado judeu na região Palestina. Herzl confiava na via diplomática para obter o pedaço do território que corresponderia a Israel, além dos sionistas contarem com o apoio das potências europeias, em especial da Grã Bretanha, que tinha interesse em expandir sua área de influência (CHEMERIS, 2002).

A ideologia sionista aponta Avnery (1984), ainda domina todos os aspectos do regime atual de Israel, pode-se definir este sionismo atual da seguinte maneira:

- a) Os judeus do mundo inteiro constituem uma nação;
- b) O Estado de Israel é um estado judeu destinado aos judeus do mundo inteiro.
- c) A difusão dos judeus é provisória, mais cedo ou mais tarde, o seu destino será o de emigrarem para Israel;
- d) Esta hipótese constitui a "razão de ser" do Estado; trata-se de uma virtualidade à qual se prendem todas as outras.

2.3 Islamismo

Para explicar de forma breve a presença árabe na região, é preciso fazer uma diferenciação entre uma série de conceitos que comumente se confundem nos discursos:

- *Árabe*, é uma palavra que define o povo originário da península arábica e que possui como uma característica principal a utilização da língua árabe;

- *Islã*, é uma religião monoteísta que segue o Al Corão e os ensinamentos do Profeta Maomé e acredita em Alá como Deus;

- *Muçulmano*, é o indivíduo que segue o islamismo;

Menos de três séculos depois da tomada de Israel pelos cristãos, os ensinamentos do profeta muçulmano Maomé e o aumento no número de seus seguidores fizeram com que o domínio romano-cristão sob a Palestina tivesse um fim. Acredita-se que Maomé (ou Mohamed, em árabe) tenha nascido por volta do de 570 d.C. na península Arábica e aos quarenta e seis anos fundou a religião islâmica, a qual difundiu por todo o mundo árabe. O Profeta, como é chamado pelos seus seguidores, morreu em 632 em Meca (BLAINEY, 2011. p. 91).

Essa religião tem uma doutrina com vários pontos em comum com o cristianismo e o catolicismo, e se baseia nas seguintes premissas: A crença em um único Deus: *Allah*; na existência dos anjos; nos livros sagrados; nos profetas, tais como Adão, Noé, Abraão, Moisés, Jesus e Maomé; no juízo final; na predestinação (ARANTES, 2005. p. 31-32). O Alcorão, livro sagrado da religião islâmica, é considerado a "revelação divina" à Maomé (ou, O Profeta), está dividido em 114 *suras* (capítulos) 6236 *ayats* (versículos) e trata desde a criação do mundo até as regras de convívio social. Assim como os livros sagrados das outras religiões, o Alcorão é interpretado de formas diferentes entre os inúmeros seguidores do islamismo.

Durante as Cruzadas da Idade Média, os cristãos ocidentais chegaram a tomar a cidade sagrada de Jerusalém em 1099 e massacraram a população local, o que alarmou os seguidores do islã, não só pela brutalidade dos invasores, mas também pelas primeiras perdas territoriais significativas sofridas desde sua expansão (DEMANT, 2004. p.54).

Quando, em 1947, a ONU aprovou uma resolução que criou o Estado de Israel dentro da Palestina, os árabes de toda a região sentiram-se insultados, e este sentimento espalhou-se por toda a Liga árabe, incluindo aí os países do MAGREB: Marrocos, Argélia, Tunísia, Egito e Líbia, que se encontram ao norte da África, e possuem o Islã como religião oficial (SOURDEL, 2011. p. 136).

2.4 Fundamentalismo Islâmico

Ao tratarmos de fundamentalismo religioso, sua própria definição por si só já é difícil, cada autor o define de uma forma diferente, apesar de todos eles explicitarem que, diferentemente do que pensa a maioria das pessoas, esse fenômeno não ocorre somente na religião muçulmana, como explicita Demant (2004).

Para Josênio Parente, o próprio conceito de religião já implica em um fundamentalismo, uma vez que para o religioso, somente a sua prática e sua crença são adequadas, enquanto as demais são falsas ou não religiosas (PARENTE, 2005).

Fundamentalismo representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista. Sendo assim, imediatamente surge grave consequência: quem se sente portador de uma verdade absoluta não pode tolerar outra verdade, e seu destino é a intolerância; E a intolerância gera o desprezo do outro, e o desprezo, a agressividade, e a agressividade, a guerra contra o erro a ser combatido e exterminado (BOFF, 2002. p. 25).

O fundamentalismo islâmico, do qual tratarei aqui, também pode ser chamado Islamismo e tem como base os ensinamentos de Hassan el Banna (1906-1949) e da seita criada por ele durante a década de 1920, a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (DEMANT, 2011. p. 198). Fundado no início do século XX, os Irmãos Muçulmanos tinham uma mensagem clara: “o islã é um sistema completo e total e não há necessidade de buscar nos valores externos europeus (...) os fundamentos da ordem social, pois eles se encontram no Alcorão (...)” (KEPEL, 2003. p. 53-54).

2.5 A criação do Estado de Israel

Em 1917, o governo britânico assinou a Declaração de Balfour, onde se obrigava a estabelecer um Estado Nacional judeu na Palestina. A realidade era que o interesse da Grã Bretanha estava totalmente voltado para o apoio que obteria com a comunidade judaica e os ganhos territoriais e econômicos que este país teria com o desmantelamento do Império Otomano, que até então dominava a região do Oriente Médio (CAMARGO, 2002. In: MAGNOLI, 2002. p. 428-429).

Porém, dois anos antes desta declaração, este mesmo país já havia se comprometido com o povo palestino a formar um Estado único e independente na região, com o interesse de desmembrar as regiões árabes otomanas com a França. Notadamente este acordo não foi cumprido, o que deu início às hostilidades entre árabes e judeus.

Posteriormente, a Liga das Nações (antecessora da ONU) incluiu os termos da Declaração de Balfourt e passou apoiar a criação de um lar judaico na Palestina, o que, obviamente, provocou ressentimento por parte dos árabes (CHEMERIS, 2002).

Com a aproximação da guerra que posteriormente abateria a Europa, a Grã-Bretanha foi obrigada a optar por um dos dois lados, tendo escolhido os árabes, em razão da necessidade que os países árabes se mantivessem neutros durante o conflito, e interrompendo o fluxo de imigração judaica para o Oriente Médio, que chegava a cerca de 75 mil judeus por ano (CALVOCORESSI, 2011. p. 321). Os judeus passaram, então, a pedir o apoio dos Estados Unidos para sua causa sionista, o apoio foi bastante intenso após o Holocausto, e os americanos se esforçaram para convencer os britânicos a admitir em território Palestino os judeus sobreviventes da II Guerra Mundial (Ibiem).

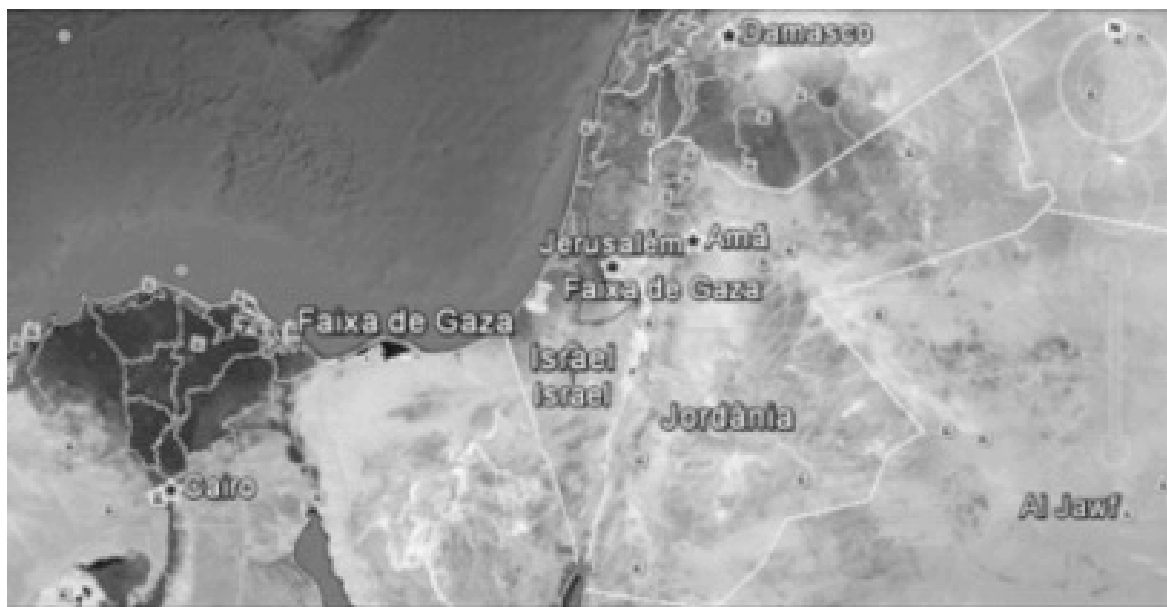
Sentindo-se cansados e sem equilíbrio após a guerra para dar continuidade às negociações entre ambos os povos, o governo inglês transferiu o território (e o problema) para as mãos da recém-criada, Organização das Nações Unidas – ONU, órgão que surgiu no lugar da antiga Liga das Nações e que possuía moldes bem semelhantes a esta última. A Organização criou um comitê especialmente para estudar e tentar resolver a questão na Palestina, a United Nations Special Comitee on Palestine – UNSCOP (Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina). A solução encontrada pela ONU foi exposta na resolução 181, que estabelecia a seguinte partilha para a região:

- a) A criação de um Estado judeu;
- b) A criação de um Estado palestino;
- c) Jerusalém, Belém e adjacências ficariam sob controle internacional (SCHEINDLIN, 1998. p.333-334).

Em 14 de maio de 1948, o mandato britânico expirou e o governo inglês se retirou da região, no mesmo dia Israel proclamou, de forma unilateral, sua independência. Em declaração lida pelo, agora, Primeiro Ministro Ben Gurion houve a promessa aos árabes residentes no Estado recém-criado, de plena cidadania e igualdade perante a lei e representação adequada dentro das futuras instituições políticas israelenses (GUNNEWEG, 2005. p.344). Isto não foi suficiente para os palestinos, que sentiram-se humilhados por não mais possuírem aquelas terras, os mesmos foram apoiados por outros países do Oriente Médio e do Norte da África de tendência muçulmana, como o Egito, e assim tem início a Guerra de Independência de Israel.

Vários outros conflitos posteriores, tais como a Guerra do Yom Kippur e a Guerra dos Seis Dias, todas vencidas por Israel, fizeram com que o Estado obtivesse uma grande expansão geográfica.

Figura 1: Mapa atual do Estado de Israel.



FONTE: Google Earth

Pouco antes da Primeira Guerra o governo britânico descobriu grandes jazidas de petróleo no Oriente Médio, tornando ainda mais importante o domínio da região. Com o fim do mandato europeu e o início da dominação da ONU sobre a região e o contexto da guerra fria, o petróleo tornou-se um tema importante nas rodas de conversa sobre a região, que passou a ser cobiçada por várias nações, em especial EUA e URSS; ambos apoiaram a criação do Estado Israelense (SMITH, 2006. p. 42).

Em maio de 1964, durante a primeira sessão do Congresso Nacional Palestino, foi criada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), objetivando conciliar os diversos grupos políticos palestinos, para, através da guerra, libertar a Palestina do jugo israelense e formar um Estado árabe-palestino independente, democrático e secularista (VISACRO, 2009. p. 16-167). Para Larissa Grau, a criação da OLP foi a grande responsável por dar "maior visibilidade midiática" ao conflito que ocorre no Oriente Médio, em especial à visão Palestina, além de ter constituído uma identidade de resistência palestina naquele momento histórico (GRAU, 2007).

Segundo alguns autores, como Alexandre Santos de Amorim, a criação da OLP somente serviu “como cobertura para a ação de outras organizações”, tais como o Fatah, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e a Frente Popular Democrática para a Libertação da Palestina (FPDLP), esta última uma dissidência da FPLP (AMORIM, 2008). Há ainda estudiosos que apontam que o surgimento da Organização para a Libertação da Palestina foi uma tentativa das lideranças árabes de manter sob controle o potencialmente explosivo movimento palestino (PILATI e PIRES, 2008).

Em 1974 a Organização conseguiu um espaço na tribuna da Organização das Nações Unidas para apresentar suas demandas, passo importante para dar legitimidade às reivindicações até então apresentadas pela Palestina e pela OLP, além de ter significado o reconhecimento da Organização como legítima representante dos palestinos (NETO, 2010). Desde o início, o governo israelense demonstrou receios em relação a um processo de paz através de acordos com a OLP, em grande parte, em razão de a Organização ter planejado e executado atentados terroristas e guerrilheiros contra alvos israelenses no início de sua existência, em especial após a Guerra dos Seis Dias, quando a Al-Fatah tornou-se dominante dentro da OLP. Com esse pensamento, Israel negou-se a realizar qualquer negociação com a Organização, atitude mantida até 1993, quando foi assinado o Acordo de Paz de Oslo, que teve a mediação americana (NAEGELI, 2004. In: SILVA, 2004. P. 627).

É importante esclarecer que o conflito existente nesta região é de cunho irregular, ou seja, são grupos armados que lutam contra um Estado, apesar de a Autoridade Palestina ter sido vista, em seu início, como uma organização terrorista, hoje ela é encarada como a única que de fato representa o povo palestino, e não mais pratica qualquer ato de violência contra o Estado israelense.

3 TEORIAS DA GUERRA

Teorias Clássicas da Guerra

Entenderemos aqui as Teorias Clássicas sobre a guerra àquelas que focam o conflito entre Estados, onde a população dos civis não está ligada diretamente aos conflitos. Desde as guerras antigas, isto é, aquelas perpetradas pelas civilizações grega e romana, até às guerras napoleônicas e de trincheira.

Um dos mais famosos estudiosos sobre a guerra foi o general prussiano Carl Von Clausewitz (1780-1831) que chegou a tratar de uma possível teoria para o conflito armado. Durante *Da Guerra*, Clausewitz demonstra que a guerra é um “instrumento racional de política nacional”. Ele procura entender o que é guerra e a define como “um duelo em uma escala mais vasta” e a exemplifica através de um duelo entre dois lutadores, onde “cada um tenta, por meio da força física, submeter o outro à sua vontade”, dessa forma a violência física é o meio para se chegar ao fim, que é impor a nossa vontade ao inimigo, “a guerra é uma simples continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2010. p. 7).

Georg Wilhelm Friedrich Hegel, filósofo alemão que viveu no século XVIII foi o criador do Idealismo Alemão, acreditava que a guerra, como fenômeno histórico, poderia contribuir para a unidade nacional (DOUGHERTY E PFALTZGRAFF, 2003. P. 266-267). Friedrich Nietzsche, assim como Hegel, também acreditava no “papel fundamental” desempenhado pela guerra quanto à “renovação das civilizações”, chegou a afirmar que Europa Moderna, aquela na qual ele vivia, precisava, naquele momento, “não só de guerras, mas das maiores e mais terríveis guerras [...] para que não perca, por meio da cultura, a sua cultura e a própria existência” (JONES, 1926. Apud DOUGHERTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 267-268).

3.1 Teoria da Guerra Irregular

Para se estudar a Guerra Irregular, é preciso entender a tipologia do conflito ao qual ela se encaixa, a Guerra de Quarta Geração, estudada pela primeira vez em 1989 pelos coronéis americanos Lind, Nightengale, Sutton e Wilson e o capitão Schmitt, que dedicaram todo um artigo publicado pela Revista da Marinha dos Estados Unidos naquele ano.

Segundo eles, a guerra de quarta geração tem o intuito de fazer o inimigo entrar em colapso internamente, de forma que seu psicológico também fique abalado, isso é possível através de ataque à população e à sua cultura, dessa forma desaparecem as diferenças entre civis e militares, e todos passam a ser vistos como alvos em potencial (LIND et al, 1989).

A primeira geração da Guerra moderna foi dominada pela força de trabalho e culminou com as Guerras Napoleônicas. A segunda geração [...] foi dominada pelo poder de fogo e culminou na I Guerra Mundial, [...] durante a II Guerra Mundial os alemães introduziram a terceira geração da guerra, caracterizada pela manobra, [guerra de quarta geração] envolve formas de insurgência [que] usa todos os meios possíveis – políticos, econômicos, sociais, militares – para convencer o os tomadores de decisão do inimigo de que seus objetivos estratégicos são inalcançáveis ou muito custosos para os benefícios que possam ser adquiridos (Em tradução livre) (HAMMES, 2004. P. 40).

Greg Wilcox e G. I. Wilson, por sua vez, em obra escrita em 2004, acreditam que essa Quarta Geração se caracterizaria pela

Perda do monopólio estatal sobre a guerra; uma mudança de enfoque da vanguarda do exército inimigo para o interior da própria sociedade oponente; os elevados custos para um Estado antepor-se a uma ameaça de quarta geração; o emprego de forças de efetivos bem reduzidos e independentes [...], que atuarão com o máximo de iniciativa e liberdade de ação [...]. Mostrar-se-ão capazes [...] empregar “o poder de combate do inimigo contra ele próprio”, privilegiando a manobra e priorizando os objetivos psicológicos em detrimento dos objetivos físicos (WILCONX E WILSON, 2004).

Sendo assim, toda guerra irregular é uma guerra de quarta geração, mas nem toda guerra de quarta geração é um conflito irregular.

Alvaro de Souza Pinheiro, em artigo escrito em 2007 traz a definição de Guerra Irregular adotada pelo governo americano, como sendo esta uma "luta violenta entre estados e grupos armados não estatais pela legitimidade e influência sobre uma população relevante" (PINHEIRO, 2007).

Alessandro Visacro, em seu livro *Guerra Irregular* afirma que essa "é uma das formas mais antigas de se combater e, desde meados do século passado, a mais usual" (VISACRO, 2009. P. 7). Os conceitos existentes sobre Guerra Irregular "apontam para uma nova forma de beligerância", que não deve ser tratada apenas no campo militar, ela destaca "a atuação de forças predominantemente nativas e fazem referência à guerra de guerrilhas [...], e ao terrorismo" (VISACRO, 2009. p. 223).

Samuel Huntington faz uma separação entre *forma de guerra* e *forma de condução da guerra*: A primeira seria a "violenta interação entre dois grupos civis armados", esses grupos definem a sua forma de atuação, seus objetivos e quais recursos utilizam para alcançá-los; Por *forma de condução da guerra*, entende-se como "variações da atividade militar", acompanhadas por "táticas militares particulares", este autor acredita que a guerra irregular é "nitidamente uma *forma de guerra* e não um *tipo de guerra*" (HUNTINGTON, 1963. Apud HEYDTE, 1990. p. 38).

Com relação à essa afirmação de Huntington, seguirei o mesmo pensamento de Friedrich August Von der Heydte, que acredita que a guerra irregular moderna é tão complexa e que possui tantas facetas que é difícil encaixá-la em uma única definição, como feito por Huntington. Em alguns momentos ela pode ser uma *forma de condução da guerra*, enquanto em outros ela é uma forma especial de guerra, utilizado por pelo menos um dos lados, que emprega táticas como a de "exaurir o inimigo e desgastá-lo internamente", de forma que sua capacidade física e também psicológica fiquem ameaçadas e que o torne incapaz de lutar (HEYDTE, 1990). É importante deixar claro que este tipo de conflito sempre existiu como técnica de combate nas guerras chamadas regulares, isto é, aquela que ocorre entre Estados, neste caso ela se caracteriza como uma *forma de condução da guerra*.

Diferentemente do conflito entre Estados, na Guerra Irregular não respeita convenções, tornando, assim, mais difícil de delinear um conjunto de princípios teóricos. Contudo, essa ausência de legislação é justamente a sua característica mais importante, que “permite adequar-se e moldar-se a ambientes políticos, sociais e militares diferenciados” (VISACRO, 2009. p. 222).

Portanto, se hoje, graças ao crescente poder da mídia e da opinião pública, os exércitos regulares são impelidos a se subordinarem incondicionalmente às normas legais da guerra, forças irregulares não se sujeitam a nenhum tipo de restrição jurídica e, ainda, exploram habilmente esse fato a seu favor, gozando de maior liberdade de ação e aproveitando as oportunidades de propaganda oferecidas pelas unidades regulares, quando estas violam a lei da guerra ou fazem uso desproporcional da força, vitimando civis inocentes (VISACRO, 2009. p. 270).

A falta de uma regulação faz com que a guerra irregular alcance seu objetivo principal: afetar psicologicamente o inimigo, como já foi dito por Heydte, essa é uma guerra das sombras, e por esse motivo o fator surpresa é de grande importância para o sucesso deste tipo de operação. Na maioria dos casos em que esse tipo de conflito ocorre, o exército inimigo possui armas poderosas e forças armadas bem treinadas, contudo não se pode saber de onde virá o ataque, o que reduz a efetividade de seu poderio bélico.

O fator psicológico também não deve ser menosprezado, uma vez que

o desenvolvimento científico-tecnológico, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, incrementa, por meio de vários métodos, a transmissão das informações em tempo real, ao vivo, e em cores, para qualquer parte do mundo. (PINHEIRO, 2007).

É daí que surge a importância dos meios de comunicação de massa, tais como internet e televisão, uma vez que eles são as melhores e mais rápidas formas de espalhar o temor sob o alvo, que em muitos casos trata-se de uma população inteira.

Para David Fromkin haverá um constante aumento na quantidade destes conflitos de baixa intensidade durante o século XXI e eles servirão para “pôr a prova e moderno sistema de Estados” e que neste século “a questão fundamental não será a luta de uma causa contra outra [...], mas será sim a ordem contra a anarquia” (FROMKIN, 1991; Apud DOUGHERTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 360).

Esta ameaça de ingovernabilidade resultará numa crescente instabilidade que se fará sentir em estados de diversas regiões e nas estruturas internacionais de caráter econômico, político e de segurança (DOUGHERTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 360-361).

Podemos destacar a guerra irregular em dois tipos específicos de combate: a guerrilha e o terrorismo.

3.1.1 Guerrilha

Por guerrilha entende-se um tipo de guerra onde se utilizam diversos materiais disponíveis contra o inimigo, inclusive, e principalmente, o conhecimento que se tem do território onde a batalha é realizada e os pontos francos do adversário. Tem como grande aliado o fator-surpresa, a rapidez do ataque e a familiaridade com a população (VISACRO, 2009. p. 260-261).

As guerrilhas exercem atualmente o poder que antes só era exercido pelos governos. Podem ser feitas por meia dúzia de homens e mulheres [...], agindo independentemente, ou apoiadas por um pequeno grupo. Diferem dos criminosos comuns apenas quanto aos objetivos, pois, enquanto estes últimos buscam proveitos materiais, aqueles agem por motivos políticos os mais variados [...]. (CLUTTERBUCK, 1977. p. 15).

Carl Schmitt (1984) define guerrilha como uma forma de combate irregular porque sua estrutura armada não possui qualquer característica que identifique aquele indivíduo ou grupo de indivíduos como combatentes, tais como bandeira, uniforme, hierarquia e reconhecimento internacional. Essa falta de identificação é justamente o seu maior trunfo pois os seus ataques não são premeditados pelo inimigo (SCHIMITT, 1984. Apud, SAINT-PIERRE, 1999. p. 182).

A característica essencial da guerrilha é o ataque surpresa e a emboscada, forma de combate também utilizada na guerra convencional, apesar de inicialmente ter sido repudiada por vários oficiais das forças armadas. Somente um tipo de emboscada, utilizada na guerra irregular, não é aceita na guerra regular moderna: é aquela "preparada por trás de um disfarce político ou moral em vez de natural", entende-se que sejam aquelas em que os guerrilheiros se disfarçam de camponeses ou outros cidadãos inofensivos (WALZER, 2003. p. 299-300).

Ao aprofundar seu estudo sobre o tema, Visacro afirma que esta é uma

forma de guerra irregular que abrange as operações de combate e todas as atividades de apoio correlatas [...]. Fundamenta-se na surpresa, rapidez, ataque e pontos fracos, familiaridade com o terreno e, sobretudo, no apoio da população. Compreende, de um modo geral, as incursões e emboscadas, ações de propaganda armada, operações de inquietação, destruição e eliminação (VISACRO, 2009. p. 260-261).

O guerrilheiro se caracteriza pelo mínimo de apetrechos bélicos que carrega, o que lhe permite maior mobilidade do que as forças regulares. Ele deve ser capaz de conseguir provisões no próprio território da batalha, seja ele rural ou urbano, e deve estar preparado física e moralmente para tanto. É importante destacar que seu objetivo principal não é o de conseguir novos territórios, mas sim defender a sua terra dos inimigos invasores (SAINT-PIERRE, 1999. p. 191).

Para o guerrilheiro ele não é um “combatente solitário, oculto no meio do povo”, e sim um membro leal que luta para o povo, pelo povo e por esse motivo “se quiserem lutar contra nós [...] vocês terão que lutar contra os civis”. Para eles a guerra não ocorre entre exército ou governos, a guerra que seus adversários estão travando é contra uma nação, e por esse motivo serão seus adversários considerados bárbaros, pois para obter sucesso matarão os civis, incluindo as mulheres e as crianças (WALZER, 2003. p. 306).

O guerrilheiro [...] parece emergir abruptamente por meio da trama fechada do tecido social, golpear onde mais dói o inimigo fardado com toda fúria e, antes que este possa articular uma defesa, desaparecer nas profundezas do campo de batalha. Antes que o inimigo regular consiga localizar o perigo, o combatente irregular já voltou a submergir e diluir-se mimeticamente na cotidianidade social.

A profundidade do campo de combate é a própria do tecido social (SAINT-PIERRE, 1999. p. 195).

3.1.2 Terrorismo

O terrorismo não é um fenômeno recente na história da humanidade, ela nos remete ao “terror de Estado” instalado na França pelos jacobinos durante a Revolução Francesa. Fundador do anarquismo russo, Mikhail Bakunin, já preconizava, no final do século XIX, que o terror seria utilizada como ferramenta revolucionária. Um atentado terrorista foi o responsável pelo início da I Guerra Mundial, quando o arquiduque austríaco Francisco Ferdinando foi assassinado por um grupo bósnio (VISACRO, 2009. p. 279-280).

Existem várias definições de terrorismo, a CIA, por exemplo, o define como “a ameaça ou uso da violência, para fins políticos, por indivíduos ou grupos, com a intenção de chocar ou intimidar um grupo alvo mais vasto do que as vítimas imediatas” (Jenkins, 1986. p. 233). É uma forma de luta cujo âmbito de realização se dá ao nível psicológico, o objetivo visado nunca é a vítima em si, mas as “vítimas indiretas”, que se identificarão com aquela primeira e que se sentem expostas e vulneráveis após o atentado (SAINT-PIERRE, 1999. p. 213).

A intenção principal de um ato terrorista é provocar uma atmosfera de insegurança e medo, frequentemente, o objetivo destas ações é “pressionar o governo visando a decidir no sentido exigido pelos terroristas”, essas exigências podem ser a libertação de prisioneiros políticos, conceder independência e/ou autonomia a um território ou o fim de uma guerra, por exemplo (DOUGHERTY E PFALTZGRAFF, 2003. p. 495).

Para Alex Schmid terrorismo é um método de ação violenta empregada por atores “semicladestinos, indivíduos, grupos ou Estados, por razões idiossincráticas, criminosas ou políticas” onde os alvos principais da violência são escolhidos aleatoriamente (alvos de oportunidade) ou seletivamente (alvos representativos ou simbólicos) (CRELINSTEN E SCHMID, 1993. p. 8-9).

No mundo atual, onde as notícias se espalham quase em tempo real, a mídia e a internet são ferramentas primordiais para que um ataque terrorista tenha as proporções desejadas por aqueles que o perpetraram.

pela televisão nós podemos identificar um refém cujo retrato vimos nos jornais e cujas famílias nos falam com aflição e desespero. [...] Sentimo-nos até tentados a achar que o governo deveria conceder o que seja necessário para libertação dos reféns, deixando para mais tarde a solução de qualquer problema decorrente desses acordos (CLUTTERBUCK, 1977. p. 16).

O terrorismo possui como efeito principal a sensação de isolamento do cidadão em relação ao Estado, é o *desamparo aprendido*, isso ocorre através da indução do cidadão a não se sentir seguro sob a proteção do Estado, “sente que aquele Estado, com todas as duas estruturas repressivas e preventivas, é absolutamente impotente para protegê-lo”(SAINT-PIERRE, 1999. p. 221).

Dessa forma, o uso do terror pode ser feito de outras formas, que não a violência: ameaças, ações de cunho político e a própria espionagem são exemplos de ações terroristas. No entanto, os grupos que praticam o terrorismo no conflito que estamos estudando utilizam de forma majoritária o terrorismo violento, através de atentados à bomba e ataques semelhantes, o que nos levará a focar muito mais neste tipo específico de atentado.

Este tipo de conflito não é utilizado somente em guerras irregulares, mas também nos conflitos regulares, como forma de “evitar o combate direto com o exército inimigo”, esse é um tipo tão indireto de combate, que muitos soldados se recusam a considerá-lo guerra (WALZER, 2003. p. 336).

De acordo com o Departamento de Estados dos Estados Unidos da América, o conceito de terrorismo é a “violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos normalmente com a intenção de influenciar um público alvo” (WHITTAKER, 2005. p. 18.).

Segundo Héctor Luis Saint-Pierre, o terrorismo é subdividido em vários tipos, dependendo da quantidade de pessoas que participam do atentado, podendo então ser *individual*, *grupala*, ou *estatal*, cujo autor é o próprio Estado. Também pode possuir caráter *Nacional*, “seja de Estado ou ‘contra-Estado’, este último também chamado de ‘terrorismo revolucionário’”; *Internacional*, atuando em lutas de cunho político internacional; ou *Transnacional*, que possui capacidade de mobilizar recursos humanos e materiais “com grupos atuando em vários países alheios ao da sua população de origem” (SAINT-PIERRE, 1999. p.218-219).

Visacro, por sua vez, distingue os tipos de terrorismo de acordo com a seguinte classificação:

- terrorismo político-ideológico, tem caráter subversivo ou revolucionário e é dirigido contra o Estado, “por meio de assassinatos seletivos e ataque ao patrimônio público e propriedade privada”;

- terrorismo político-ideológico, apesar de não poder ser considerado prerrogativa do mundo muçulmano. É motivado por fatores causais de ordem política²;

- narcoterrorismo, forma de terrorismo financiada pelo tráfico de drogas e orientada pela manutenção ou expansão de seus lucros gerais;

- terrorismo autotélico, terror desprovido de sólida motivação política, religiosa ou ideológica, está associado em grande parte ao banditismo, a segregação racial, ao fanatismo de seitas radicais ou à disputa por poder local (VISACRO, 2009. p. 290-291).

De forma sucinta, Marcial Suarez (2007), formulou uma tabela demonstrando as diferenças existentes entre guerra convencional, guerrilha e terrorismo, através dela poderemos entender melhor as táticas da guerra regular e irregular:

Tabela 1: Características gerais da Guerra, Guerrilha e Terrorismo.

	Guerra Convencional	Guerrilha	Terrorismo
<i>Tamanho das Unidades de Batalha</i>	Grande (exércitos, milícia, divisão)	Médio (pelotões, companhias, batalhões)	Pequeno (normalmente menos de 10 pessoas)
<i>Armas</i>	Ampla variedade de ferramentas militares (força aérea, blindagem, artilharia, etc)	Na maior parte infantaria-armas do tipo leve mas as vezes partes de artilharia também	Armas de mão, granadas de mão, rifles de assalto, E armas especializadas, Ex: carros bomba, Bombas de pressão barométrica.
<i>Táticas</i>	Normalmente juntam operação envolvendo vários ramos militares	Tipos de commando táticos	Táticas especializadas; sequestros, assassinatos, carros bomba, raptos, barricadas, reféns, etc
<i>Alvos</i>	Em sua maioria unidades militares, industriais e de transporte e infraestrutura	Na maioria militar, policia, E apoio administrativo, bem como oponentes políticos	Símbolos de Estados, oponentes políticos
<i>Impacto pretendido</i>	Destruição física	Principalmente atrito físico com o inimigo	Coersão psicológica
<i>Controle de Terrorismo</i>	Sim	Sim	Não
<i>Uniforme</i>	Usam uniformes	Normalmente usam uniformes	Não usam uniformes
<i>Reconhecimento de áreas de guerra</i>	Guerra limitada pelo reconhecimento geográfico das zonas	Conflito limitado pelo território do país em guerra	Não há reconhecimento de zonas de guerra, as operações ocorrem ao redor do globo
<i>Legalidade Internacional</i>	Sim, se conduzido por normas	Sim, se conduzido por normas	Não
<i>Legalidade Doméstica</i>	Sim	Não	Não

Fonte: Marcial Suarez (2007).

É importante destacar que, apesar de estar tratando aqui do conflito entre Israel e grupos palestinos, a guerra irregular acontece em várias outras regiões do mundo e já ocorreu em muitos outros momentos históricos, e neste caso não trato somente de ações terroristas e/ou guerrilheiras, mas do movimento irregular como um todo.

Na história moderna também existem exemplos de guerra irregular, como os grupos existentes na Europa e identificados como terroristas: IRA – Exército Republicano Irlandês, e o ETA - Pátria Basca e Liberdade; ambos praticam ações de cunho irregular, o primeiro contra o governo britânico e o segundo contra os Estados espanhol e francês. Na atualidade esses grupos abandonaram a utilização de ações terroristas, em especial após o atentado ao World Trade Center, em 2001 (VISACRO, 2009. p.88-89). Outro país que possui um grupo de cunho guerrilheiro dentro de suas fronteiras é a Colômbia, que tem sua população e governo vítimas de ataque das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, surgida em 1964 e que inicialmente lutava contra os desmandos do governo local e à favor da população local, que vivia na pobreza. Atualmente as FARC vivem na plantação de folhas de coca e do dinheiro obtido através dos resgates pagos por famílias colombianas que têm seus parentes sequestrados pelo grupo, caracterizando assim as FARC como narcoguerrilheiros ou narcoterroristas (SANTANA, 2009).

É importante esclarecer que a guerra irregular também é perpetrada por Estados, e não somente por grupos irregulares. As crucificações ocorridas nos tempos de Jesus, por exemplo, são um exemplo de terrorismo estatal perpetrado pelo governo romano: “a morte por crucificação era um castigo aplicado a estrangeiros e não-cidadãos do Império Romano” (BLAINEY, 2012. p. 35). Durante a Revolução Francesa o terrorismo estatal também foi usado de forma extensa contra os inimigos do Estado, em especial quando o país foi governado pelos Jacobinos (1792-1794), período caracterizado por Edmundo Burke como “Regime do Terror” devido a grande quantidade de assassinatos e dela ocorridas (BURKE, 1982). Vários governos da América Latina também utilizaram de táticas terroristas durante seus períodos de ditadura militar, tais como a Argentina, o Brasil, o Chile e o Paraguai (LUISSI, 2008).

JIHAD

Existem várias formas de interpretação para *Jihad*, cada muçulmano a encara de uma forma diferente, segundo o *Concil on American-Islamic Relations* (CAIR), em declaração realizada em 1994 para o jornal *The Boston Globe*, “Jihad é um conceito islâmico abrangente que inclui luta para melhorar a qualidade de vida em uma sociedade, luta no campo de batalha em autodefesa, ou luta contra a tirania e opressão”.

Em linguagem islâmica, a *Jihad* designa a luta contra o infiel, nos termos do direito islâmico isso significa “combater até terminar a intriga, e prevalecer totalmente a religião de Deus. Ou lutar contra quem se recuse a abraçar o Islã”, isto é “Não te submetas aos incrédulos, luta contra eles pela força ou por meio do Alcorão” (BALTA, 2010. p. 26). Segundo o Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos, existe quatro formas de realizá-la: resguardando-se dos maus sentimentos; praticando boas ações; propagando a fé islâmica e combatendo os infiéis (KEPEL, 2003. p. 05).

Hilmi M. Zawati demonstra que a *Jihad* é uma forma excepcional de guerra justa e defensiva, ela se destina a manter a paz e a proteger os direitos humanos, independente de raça, sexo ou crença (ZAWATI, 2001).

Youssef Cherem, explica que o conceito de *Jihad* está agora passando por uma fase mais universalista que abarca:

a consolidação, expansão e defesa da fé e de sua comunidade, agregando, por fim, conceitos políticos advindos do contato com o ocidente: jihad como luta anticolonial e/ou nacionalista e, finalmente, como guerrilha, terrorismo, luta moral, modo de vida e disciplina espiritual (CHEREM, 2009).

Segundo texto de Silas Tostes, escrito em 2002, esta Jihad mais agressiva refere-se à utilização de luta armada pela causa de Alá. Esta última interpretação de *Jihad* é difundida pelos *wahhabitas*, sauditas ligados à Irmandade Muçulmana e foi ela que se sobressaiu com relação às demais (KEPEL, 2003. p. 38).

Segundo *Suratas* e outros ensinamentos do alcorão, Silas Tostes (2002) divide em sete os tipos de *Jihad*, são eles:

- 1 - Esforço dos não-muçulmanos;
- 2 - Esforço reconhecendo o Criador e O amando sobre tudo;
- 3 - Esforço resistindo a pressão de pais, amigos e da sociedade;
- 4 - Esforço para permanecer no caminho islâmico e para divulgar o Islã;
- 5 - Esforço para praticar ações justas;
- 6 - *Jihad* como santidade pessoas;
- 7 - *Jihad* defensivo.

É neste último tipo de *Jihad* que a violência pode ser utilizada, mas somente para defender o Islã de um ataque externo.

Cherem (2009), por sua vez explicita que a *Jihad* é uma concepção de guerra, mas não a guerra em si, mesmo se ela for feita para engrandecer o nome de Deus, e o indivíduo deve empenhar-se nela caso seja para seu próprio bem, ou para o bem do coletivo.

Podemos perceber, então que a *Jihad* não é um tema novo para a religião muçulmana, e que o mesmo já existe desde os tempos de Maomé, sendo uma temática antiga. Por qual motivo, então, ela é intitulada "fenômeno contemporâneo" no título deste trabalho? Desde o início do século XX a *Jihad* vem trazendo uma nova roupagem, em especial no período pós-guerra fria, e é essa nova roupagem que importa para este artigo, e é ela que se busca relacionar com a guerra irregular.

Apesar do fim dos Irmãos Muçulmanos e de grupos semelhantes existentes no início do século XX, muitos outros se formaram no esteio do pensamento fundamentalista, estes grupos existem até hoje e são eles que pregam a *Jihad* violenta que costumamos relacionar com a guerra irregular existente no Oriente Médio e em vários outros locais do mundo. Esses grupos são também conhecidos como grupos terroristas islâmicos e sua quantidade e variedade são muito grandes, alguns dos mais conhecidos internacionalmente, pela violência nos ataques são: Al-Qaeda, *Jihad* Islâmica, Hamas, Hezbollah, Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, Al-Fatah (Ibidem, p. 255).

É de suma importância frisar: a grande maioria da população palestina é contra o conflito irregular e acredita na conciliação como a melhor forma de pôr fim ao conflito. A própria OLP (Organização para a Libertação da Palestina), que já foi considerado um grupo terrorista, abandonou a luta armada e defende a diplomacia como única forma de se chegar a uma solução para a questão palestina.

Para estes grupos, alcançar seus objetivos significa infringir uma *Jihad*, pois através da força e da violência será possível livrar o mundo dos infiéis e dos inimigos da religião muçulmana e a forma de realizar isto seria através de ataques de cunho irregular: os infiéis não são somente o exército de um país, são todos os seus cidadãos, portanto nenhum merece ser poupado. Outra hipótese para a não utilização do conflito regular (através de exércitos e armamentos militares) poderia ser a falta de aparato bélico-militar destes grupos que possa fazer frente à de um Estado, no entanto isto é algo que pode ser mais bem analisado em outro trabalho, uma vez que não possuo dados relacionados ao preparo militar desses grupos.

Com relação, especificamente ao conflito Israel-Palestina, é possível afirmar que, como parte da lógica *jihadista* e fundamentalista destes grupos, Israel representaria os interesses e a cultura ocidental na região, que além de ser berço da civilização islâmica, também abriga lugares sagrados para seus seguidores, e por isso deve ser destruído, assim como seus cidadãos, que seriam infiéis.

É possível, então, perceber as semelhanças existentes entre os conceitos de Guerra Irregular e de *Jihad*, e quais suas diferenças com relação à chamada Guerra Regular ou Guerra Convencional. Apesar de acreditar na compreensão dos leitores na distinção destes temas, creio ser importante realizar um pequeno apanhado de algumas características que NÃO podem ser encontradas na Guerra Irregular:

- 1- Luta entre exércitos regulares, isto é, embate entre forças armadas de dois (ou mais) países;
- 2- Conflito entre dois ou mais Estados, entendendo Estado como um grupo de pessoas que possui um único governo e um território delimitado e aceito pelos órgãos internacionais e pelos demais países;
- 3- Guerra em que os civis NÃO são os alvos principais das ações militares, mas acabam sofrendo de forma secundária, devido a bloqueios impostos ao seu país, e à tensão geral existente em um conflito armado;

Ao final deste capítulo fica claro que o objetivo de traçar a diferenciação entre guerra irregular e guerra regular foi alcançado, além de ter sido analisado o fenômeno da *Jihad* e o motivo de o mesmo ser intitulado de "contemporâneo" durante este trabalho.

CONCLUSÃO

O tema que abordei neste trabalho diz respeito à relação existente entre a teoria da Guerra Irregular e sua relação com o movimento *jihadista* existente no conflito Israel-Palestina. O objetivo principal do trabalho foi realizar um estudo teórico e analítico acerca dos conceitos de *Jihad* e Guerra Irregular afim de entender como ambos se relacionam no conflito existente entre grupos armados palestinos e o Estado de Israel. A importância deste objetivo está relacionado com o atual cenário internacional em voga desde o ataque ao World Trade Center, é a partir deste marco temporal que a Jihad, a guerra irregular e o Oriente Médio passam a fazer parte da agenda das Organizações internacionais e dos Estados

Ao final do trabalho foi possível perceber que existe, sim, uma relação entre Guerra Irregular e *Jihad*, contudo essa relação somente é visível ao analisarmos os atos *jihadistas* modernos, e não a *Jihad* surgida nos tempos de Maomé. Os grupos *jihadistas* existentes atualmente escolheram este tipo de guerra devido as suas características favoráveis a tais grupos: necessidade de poucas pessoas; utilização de armas leves e de fabricação caseira; ataques que possuem um grande apelo midiático; extermínio de civis, o que causa comoção na população e pressão no governo.

Outra hipótese surgida durante o trabalho foi a de que estes grupos agem através deste tipo de conflito devido a sua inferioridade bélica-militar com relação ao Estado de Israel, o que também caracterizaria um conflito assimétrico. Contudo esta hipótese não pôde ser confirmada ou refutada, pois não tive acesso a qualquer dado concreto acerca do poderio destas forças irregulares.

O objetivo deste trabalho não foi entender as razões pelas quais ocorre a relação entre *Jihad* e Guerra Irregular, mas somente demonstrar sua existência e apontar suas semelhanças, no entanto acredito que uma pesquisa futura abordando esta questão seja importante, assim como uma pesquisa sobre o potencial bélico-militar destes grupos irregulares. A importância de ambas seria a mesma que a deste trabalho: através de uma análise mais abrangente acerca desta relação entre Jihad e Guerra Irregular, poderia ser possível alcançar uma futura paz neste conflito que possui tantas nuances, e evitar que outros, semelhantes, ocorram.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Alexandre Santos de. **A globalização do radicalismo islâmico: um estudo de caso da Al-Qaeda sob a luz do Choque de Civilizações**. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ARANTES, José Tadeu. **O maior perigo do Islã: Não conhecê-lo**. São Paulo. 2005.

BALTA, Paul. **Islã**. Porto Alegre. 2010.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Cristianismo**. São Paulo. 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTUECCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília. 1995.

BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo: A Globalização e o Futuro da Humanidade**. Rio de Janeiro. 2002.

BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília. 1982.

CALVOCORESSI, Peter. **Política Mundial a partir de 1945**. Porto Alegre. 2009.

CAMARGO, Cláudio. Guerras Árabes-Israelenses. In: MAGNÓLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo. 2002. p. 425-451.

CHEMERIS, Henry Guenis Santos. **Os principais motivos que geraram os conflitos entre israelenses e árabes na Palestina (1897-1948)**. 2002. Disponível em: http://www.pucrs.br/ffch/neroi/mono_revista.pdf. Acesso: 15 de novembro de 2011.

CRELINSTEN, Ronald D.; SCHMID, Alex P. "Western Responses to Terrorism: A Twenty Five Year Balance Sheet". In: **Western Responses To Terrorism**, 1993.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo. 2010

CLUTTERBUCK, Richard. **Guerrilheiros e Terroristas**. Rio de Janeiro/RJ. 1977.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo. 2004.

DOUGHERTY, James E; PFALTZGRAFF JR, Robert L. **Relações Internacionais – As teorias em Confronto**. Lisboa – Portugal. 2003.

FROMKIN, David. The coming Millenium: World Politics in the Twenty-First Century. World Policy Journal. P. 4. 1991. In: DOUGHERTY, James E;

PFALTZGRAFF JR, Robert L. **Relações Internacionais – As teorias em Confronto**. Lisboa – Portugal. 2003.

GRAU, Larissa. **O Fundamentalismo Religioso e a “Bomba Inteligente”**. 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/grau-larissa-fundamentalismo-religioso.pdf>. Acesso: 22 de novembro de 2012.

GUNNEWEG, Antonius H. J. **História de Israel: Dos primórdio até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias**. São Paulo. 2005

HAMMES, Thomas X. **The Sling and the stone: On war in the 21st century**. Mineapolis/MN. 2004.

HEYDTE, Friedrich August Von Der. **A Guerra Irregular Moderna: Em política de Defesa e como Fenômeno Militar**. Rio de Janeiro. 1990.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro. 1996.

_____ O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Apud HEYDTE, Friedrich August Von Der. **A Guerra Irregular Moderna: Em política de Defesa e como Fenômeno Militar**. Rio de Janeiro. 1990.

JENKINS, Michael, “Future Trends in International Terrorism”. In: **National Security Management – International Issues and Perspectives**, coligido e com introdução de Eston P. White, National Defense University Washington D.C., 1986, pp. 255 a 263.

JONES, William. The Moral Equivalent of War. 1926. Apud DOUGHERTY, James E; PFALTZGRAFF JR, Robert L. **Relações Internacionais – As teorias em Confronto**. Lisboa – Portugal. 2003.

KEPEL, Gilles. **Jihad – Expansão e Declínio do Islamismo**. Rio de Janeiro. 2003.

_____ **Jihad: the trail of political Islam**. London, UK. 2006.

LUIZI, Mariana. **Os Discursos do Terrorismo Estatal e a (in)eficácia dos meios de controle da criminalidade**. 2008. 34 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2008.

RECEBIDO - 12/12/2013
APROVADO - 07/04/2014